

Sugestões para reformulação do trabalho da EDIT

I - O INEP (1938-1970)

- 1 - resumo histórico: criação, finalidades, desenvolvimento, campo de operação e resultados colhidos.
- 2 - análise crítica do que o INEP pôde ser e do que pôde fazer.

II - ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO INEP

- 1 - resumo histórico: a A.T. que pôde dar como, quando, onde e porquê; seus termos conceituais e executivos: o apriorismo e a adequação às características dos Estados.
- 2 - análise crítica dessa A.T. e proposição da A.T. que, agora, pode, deve e/ou tem de dar:

2.1 - definição da atual e futura A.T. do INEP (Órgão Autônomo).

2.2 - categorias, tipos, espécies, natureza da A.T.:

- pesquisas ?
- livros, material escolar ?
- recursos audiovisuais ?
- aperfeiçoamento e/ou preparo do pessoal técnico em exercício: supervisores, diretores, professores, pesquisadores, técnicos de ensino, programadores, administradores (corpo administrativo), etc. ?
- mobiliário escolar ?
- obras e construção de escolas, centros de treinamento, etc. ?
- orientação e/ou supervisão de planos, projetos e/ou programas de liderança estadual - ensino sistemático, eventual, classes, cursos, currículos, fixação do estudante na escola, integração da escola no meio, aumento de matrículas, serviços de assistência aos alunos, serviços de terceiros, etc. etc. ?

2.3 - sistematização técnico-legal da A.T. na situação atual ?

6.11.70

JESUS BELO GALVÃO  
Secretário Executivo do SAT

JBG/vge

MEC - INEP - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

EQUIPE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

EQUIPE DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO TÉCNICA

Levantamento dos programas que deixarão de ser executados pelo INEP, em face da nova organização departamental do MEC.

1ª fase - Subsídios preliminares

1 - Definir a esfera de competência do INEP dentro da nova estrutura do MEC.

1.1 - A atual definição do INEP obedece às seguintes linhas de orientação:

1.1.1 - a linha que presidiu a sua fundação e sucessivas reformulações;

1.1.2 - a linha que preside a atual reforma administrativa <sup>Federal</sup> do país e do MEC;

1.1.3 - os estudos do grupo de reforma do INEP, com vistas à sua estruturação.

1.1.1.1 - O INEP foi fundado para ser um órgão de pesquisas que servisse de apoio à administração educacional do Brasil.

1.1.1.2 - Devido a diversas circunstâncias o INEP foi levado a assumir funções bem diversas daquelas de finidas nos objetivos originais.

1.1.1.3 - Por diversas vezes em sua história houve tentativa de voltar aos objetivos iniciais. Veja-se, por exemplo, a criação dos Centros, na administração Anísio Teixeira.

1.1.1.4 - Até agora o INEP não conseguiu desligar-se de atividades que, embora importantes, o desviaram de seus objetivos iniciais.

1.1.1.5 - O esforço de estruturação tem por finalidade principal reconduzir o INEP à sua caracterização original.

1.1.2.1 - A atual reforma administrativa do país é dirigida para os seguintes objetivos:

. Administração simplificada e racionalizada, evitando duplicação de responsabilidades.

- . Constituição de um sistema onde cada órgão é definido por sua função.
- . Definição clara dos objetivos que caracterizam as responsabilidades de cada órgão.
- . Direção participativa por objetivos.
- . Simplificação dos processos administrativos.
- . Subordinação plena de meios a fins.

1.1.2.2 - Dentro deste contexto, a reforma do MEC situa o INEP dentro das seguintes coordenadas:

- . Órgão administrativo e financeiramente autônomo, num grau de autonomia a ser definido.
- . Órgão vinculado à Secretaria Geral do MEC.
- . Como órgão autônomo pode adotar administração por grupos-tarefa (projetos integrados).
- . Os decretos citados não definem, entretanto, as atividades-fim do INEP, o que constitui objeto de nossas considerações seguintes.

1.1.3.1 - Há bastante tempo, um grupo do INEP vem trabalhando ativamente no projeto de sua estruturação. O grupo dispõe atualmente dos seguintes documentos básicos de referência:

- . "Estudos preliminares para a reforma organizacional do INEP, produzido por Lamartine Pereira da Costa do CNRH/IPEA.
- . Anteprojeto de regulamento do INEP precedido de um relatório, produzido pelo grupo da reforma.
- . Conceito de órgão autônomo na Administração Pública Brasileira, produzido por Horácio Piedras.

1.1.3.1.1 - O documento Lamartine atribui ao INEP as seguintes funções:

- . pesquisa - desenvolvimento - aplicação (pesquisa conjugada com o planejamento educacional e estudo das possibilidades da assimilação dos resultados da pesquisa pelo sistema).

- . Coordenação "interna" (no âmbito do INEP) - devidamente articulada com a Secretaria Geral do MEC - e externa (em âmbito nacional) determinada pelo agenciamento de pesquisas educacionais realizadas por outras entidades. Ao INEP cabe a iniciativa da formulação de um plano nacional de pesquisas, com a participação obrigatória da Secretaria Geral do MEC e do CNRH/IPEA.
- . Treinamento, entendido como formação e aperfeiçoamento permanente de pesquisadores.
- . Difusão da informação - serviços de informática e editoração, incluindo assistência técnica a outras entidades.
- . Relações interagenciais - para assimilação do "know-how" e obtenção de recursos externos.
- . No esquema dêsse documento, o INEP se aproximaria gradativamente de seu modelo teórico através da "desvinculação de algumas atividades", de pertinência evidente a outros órgãos do MEC ou do serviço público estadual ou municipal.

1.1.3.1.2 - Pelo anteprojeto de regulamentação o INEP "tem por finalidade básica realizar estudos, pesquisas e experimentação na área educacional". Caracterizando a sua área de competência, o documento estabelece os seguintes pontos:

- . A primeira atividade do INEP é pesquisar a situação da educação do país, como subsídio para a elaboração de uma política educacional (item I).
- . Esta pesquisa é coadjuvada pela experimentação em vista de soluções inovadoras (item II), para cuja implantação o INEP poderá colaborar com órgãos da esfera pública e particular (item III).

- . A estrutura da pesquisa será sustentada por um serviço de documentação e divulgação (item IV).
- . O INEP manterá formação e aperfeiçoamento de pesquisadores (item V).
- . Em articulação com os órgãos competentes, em escala nacional, estabelecerá e acompanhará um plano de prioridades em pesquisas educacionais (item VI).

A definição da competência acima especificada evidencia um duplo propósito:

- . A pesquisa educacional em vista do desenvolvimento e sua articulação em âmbito nacional será a principal preocupação do INEP.
- . O INEP reserva bastante flexibilidade na adoção dos meios que lhe proporcionem atingir seus objetivos básicos.

## 2 - Estudos para a programação das atividades do INEP

2.1 - Ao se realizar qualquer estudo sobre a programação do INEP, deve-se ter em vista que o lugar insubstituível do INEP não será propriamente na execução de pesquisas educacionais, mas na coordenação e articulação superior, com vistas à assimilação da pesquisa pelo planejamento educacional brasileiro.

2.2 - Em vista dos estudos apresentados no item 1 sugerimos alguns aspectos que podem ser considerados na programação das atividades do INEP:

- . Articulação e coordenação dos programas, subordinando-os aos objetivos básicos, a fim de evitar que se desenvolvam isoladamente.
- . Divisão proporcional de recursos, tendo em vista a importância funcional dos programas em face dos objetivos centrais.
- . Desvinculação progressiva das atividades periféricas.

- . Ampliação de recursos em setores fundamentais até agora negligenciados: articulação e coordenação da pesquisa educacional, formação de pesquisadores, elaboração de um plano nacional de pesquisa etc.
- . Desvinculação de atividades que, na atual estrutura, completem a outros setores.
- . Desvinculação de atividades educacionais de caráter imediatista que possam, com igual resultado, ser desempenhadas por outras entidades, sem prejuízo de recursos materiais e humanos do INEP.

### 3 - Relação e estudo dos principais programas do INEP

3.1 - Analisando o quadro sintético das atividades do INEP, podemos concluir que elas se enquadram nos seguintes programas:

- . Anuário Brasileiro de Educação
- . Assistência Técnica
- . Conferência Nacional de Educação
- . Construções escolares
- . Cursos de Aperfeiçoamento
- . Documentação e Intercâmbio
- . Escolas de Experimentação
- . Estudos e pesquisas
- . Publicações educacionais periódicos etc.
- . Serviços audiovisuais

3.2 - Um estudo das atividades do INEP leva-nos a crer que todas elas (com pouquíssimas exceções) enquadram-se em Pesquisas, Estudos e Experimentações.

Assim, para julgarmos ser um programa de competência do INEP, precisamos caracterizá-lo muito bem, estabelecendo princípios e critérios seguros para as suas atividades. Serão sobretudo os objetivos das atividades e a metodologia empregada no seu desenvolvimento que irão determinar as características básicas do trabalho de pesquisa - função fundamental do INEP.

**4 - Abrangência dos programas em face da estrutura flexível do INEP**

Para analisar os programas do INEP, definindo sua abrangência é necessário conhecer as atividades que estão sendo desenvolvidas pelos seus diversos setores o que possibilitará uma nítida visão do que realmente o INEP está realizando.

Essa análise constituirá objeto da segunda fase de nossos estudos.

Outubro de 1970.

Equipe de Documentação e Informação Técnica (EDIT)



A- CRPE de SP (por relevar)

Material do PATE que mais nos interessa receber

Correspondencia expedida

Correspondência recebida

Pasta de Organização e PATE

O material acima assinalado consta da "Relação da Documentação de Programa de Assistência Técnica em Educação - Relação do Material Administrativo", abrangendo os numeros de 1 a 94.

Nota explicativa: O CRPE de Sao Paulo enviou ao SAT/INEP a 12/12/69 parte da documentação relativa ao PATE, constando quase exclusivamente de relatorios dos Estados. Para uma pesquisa sobre o PATE faltam-nos os documentos da Coordenação central.

Rio, 17/9/70  
Equipe de Pesquisa da Assist. Técnica do INEP

*Newton Carneiro*

Sr. Diretor,

Tendo em vista o interêsse pessoal demonstrado por V. S<sup>a</sup> pelo trabalho que estamos desenvolvendo, e, dado o impedimento temporário do Prof. Jesus Belo Galvão, Secretário Executivo do SAT, a quem caberia informá-lo imediatamente das etapas de nossa pesquisa, julgamos acertado dirigirmo-nos a V. S<sup>a</sup> no intuito de colocá-lo a par do que vem sendo feito pela equipe.

Desde que V. S<sup>a</sup> assumiu a direção do INEP vem revelando interêsse em informar-se pessoalmente de tudo o que vem sendo feito sob sua Administração. Assim veio V. S<sup>a</sup> a tomar conhecimento dos estudos preliminares realizados na Equipe de Levantamento e Diagnóstico do SAT para projeto de reconstrução histórica de Serviços de Assistência Técnica do INEP em âmbito nacional.

Os objetivos visados foram os seguintes:

- 1) Documentar os serviços de assistência técnica desenvolvidos pelo INEP através dos CEOSE, do PATE e da EATEP;
- 2) Analisar essas atividades como subsídio para definição de nova sistemática de assistência técnica.

Em exposição feita a V. S<sup>a</sup>, o Prof. Newton de Araújo Queiroz encarecia a importância do projeto, sugerindo sua ampliação no sentido de analisar igualmente o processo de constituição do SAT, como órgão que fôra destinado a coordenar, unificando, a assistência que vinha sendo administrada em programas isolados. Na mesma exposição sugeria um plano de trabalho e uma primeira determinação de prazos. Tendo V. S<sup>a</sup> aprovado o documento, foi êle encaminhado ao Secretário Executivo do SAT, para que fôsem tomadas as devidas providências.

A Ordem Interna SAT nº 1, de 16/7/70, assinada pelo Sr. Secretário Executivo, anunciava que "de ordem do Sr. Coordenador Geral, ficam designados os colaboradores eventuais Diva de Moura Diniz Costa, Maria Yvonne Atalécio de Araújo e Newton de Araújo Queiroz para, em equipe, procederem à análise dos documentos pertinentes à organização e funcionamento dos serviços PATE, CEOSE e EATEP, anteriores à criação do SAT, objetivando a elaboração de projeto-sugestão que consolide a organização técnica e administrativa da Assistência Técnica do INEP, quanto a suas finalidades e competência operacional".

À Sr. Secretário  
Executivo. 16.7.70  
Atalécio P. Q.

À Sr. Newton de Araújo Queiroz  
Secretário Executivo  
17.7.70

A 29/7/70 a Ordem Interna nº 1-A designava a colaboradora eventual Selma de Castro Mathias Magalhães para prestar colaboração à equipe anteriormente constituída.

A equipe começou imediatamente os trabalhos, procurando ater-se ao espírito que comandou a sua designação e tomando como ponto de referência os documentos acima citados. A primeira fase dos trabalhos consistiu num estudo preliminar sobre o papel da Assistência Técnica no INEP. Julgamos que uma palavra final sobre o assunto só poderia ser dada após o estudo dos serviços desenvolvidos historicamente pelo INEP. Não obstante, a equipe pôde tirar, desta primeira fase da pesquisa, algumas conclusões de grande importância:

1) que a assistência técnica já figura entre os objetivos que determinaram a criação do INEP, de acordo com o decreto-lei nº 580, de 30/7/38, letra e :

"prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos".

2) Que efetivamente o INEP desenvolveu sempre serviços de Assistência Técnica, sob todas as formas, e que essas atividades jamais foram consideradas secundárias, tendo granjeado para o INEP reconhecimento e estima.

Examinando depois os documentos de criação do SAT, verificamos, de início, que ele foi criado a fim de "cooperar com os poderes públicos e entidades privadas em seus programas de desenvolvimento da educação nacional". A idéia do SAT era justamente corresponder ao objetivo acima proposto: seria a Assistência Técnica do INEP "em estado puro". Sua finalidade principal era unificar a assistência técnica que vinha sendo desenvolvida isoladamente, sem coordenação central.

A história do SAT é demasiado recente para se arriscar sem perigo um juízo crítico. É certo, porém, que os métodos utilizados nos serviços CEOSE, PATE e EATEP não foram devidamente aproveitados pelo SAT e nem mesmo submetidos a uma avaliação crítica.

A equipe se dedicou, a seguir, ao levantamento da documentação relativa aos CEOSE (Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas do Ensino). Foram estudados cuidadosamente os documentos referentes à sua filosofia, metodologia e trabalho realizado no equacionamento dos problemas educacionais. O resultado de nosso trabalho até agora é o seguinte:

- 1) Um breve histórico da experiência dos CEOSE, narrando sua criação, desenvolvimento e extinção.
- 2) Uma coletânea de anexos, constituída de cópias dos documentos originais mais importantes para uma análise dos CEOSE.
- 3) O roteiro de uma entrevista com o ex-coordenador dos CEOSE a ser solicitada pelo Secretário Executivo do SAT, em vista da necessidade de certos esclarecimentos.

Enquanto aguarda a entrevista mencionada, a equipe estabeleceu uma divisão de tarefas.

Uma parte tem-se dedicado à elaboração de um relatório sobre a EATEP (Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário). Note-se que duas componentes da equipe, as professoras Diva de Moura Diniz Costa e Maria Yvonne Atalécio de Araújo, participaram ativamente deste grupo de assistência técnica que resultou dos convênios MEC/USAID. Outra parte da equipe dedica-se ao levantamento da documentação relativa ao PATE (Programa de Assistência Técnica aos Estados). Neste setor tem colaborado com a equipe, a partir do dia 3/8/70, a Professora Aurélia Sampaio Leite, autora de um primeiro relatório sobre a matéria.

De acordo com os termos de sua designação, a equipe deve encaminhar sugestões para a reorganização da Assistência Técnica. Para tanto precisa estar ciente dos termos em que é colocada presentemente a reforma do INEP, a fim de apresentar sugestões realistas que atendam à recente evolução dos fatos.

Seria, assim, aconselhável que a equipe se mantivesse informada sobre o andamento dos trabalhos que se desenvolvem nesse sentido.

A equipe agradece a compreensão e manifesta seu desejo de continuar colaborando com V. S<sup>a</sup>.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1970

Dr. Walter de Toledo Piza  
Diretor do INEP

*pela equipe,  
Newton de Araújo Cavina*

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

com o Dr. Durmeval Trigueiro Mendes, ex-Coordenador dos CEOSE

1. Assunto: Constituição dos CEOSE

Informação: Os primeiros passos para a constituição dos CROSE foram dados mediante um acôrdo firmado entre o Sr. Robert Davée, da UNESCO, e as autoridades educacionais brasileiras, em setembro de 1965.

Pergunta: 1.1 Dispunha o CEOSE de um documento contendo os têrmos do referido acôrdo?

1.2 Posteriormente, quando da constituição dos CROSE, foi assinado algum convênio entre o INEP e a UNESCO?

2. Assunto: Coordenação dos CEOSE

Informação: Segundo o projeto inicial, a unidade do grupo CEOSE, integrado por especialistas que já desempenhavam missões específicas no Brasil, era assegurada mediante a coordenação de um técnico brasileiro. Entretanto, de acôrdo com os termos de um ofício do chefe da missão da UNESCO no Brasil, Dr. John Howe, ao Diretor do INEP, os técnicos da UNESCO deviam conservar plena autonomia de ação, dentro dos limites de sua missão.

Pergunta-se: 2.1 O conjunto das atividades que corresponderam à idéia dos CEOSE esteve efetivamente sujeito à coordenação central?

2.2 Pode-se afirmar, neste sentido, que os CEOSE mantiveram uma unidade de ação bem definida?

3. Assunto: Relação do grupo CEOSE/UNESCO com o grupo MEC/USAID

Informação: Em documentos da 1ª fase dos CROSE, percebe-se uma perplexidade dos técnicos da UNESCO em face da presença simultânea de uma missão da USAID junto ao MEC. Sentia-se a falta de uma definição das respectivas áreas de competência.

Pergunta-se: 3.1 Em que termos se delinearão posteriormente as respectivas competências?

3.2 Houve sucesso nas tentativas de coordenar as duas missões, sobretudo na medida em que refletiam divisões de trabalho no interior do próprio INEP?

4. Assunto: Subordinação dos CEOSE ao INEP

#### 4. Assunto: Subordinação dos CEOSE ao INEP

Informação: Os CEOSE, constituídos como serviços de Assistência técnica do INEP, ampliaram constantemente as suas áreas de atuação e coordenaram-se com diversos órgãos centrais e regionais ( IPEA, SUDENE, SUDESUL, FUNDEPAR, etc). O Prof. J. Torfs refere-se por diversas vezes ao "grupo CEOSE-IPEA" e propõe a criação de um grupo misto para a coordenação da assistência técnica (GATE). O Dr. Durmeval propôs igualmente projeto análogo.

- Pergunta-se: 4.1: Pode-se afirmar sem inexactidão que os CEOSE foram um serviço de Assist. Técnica do INEP?
- 4.2: O grupo CEOSE chegou progressivamente à opinião que o programa de trabalho que se propunha não podia ser controlado exclusivamente pelo INEP?
- 4.3 Neste sentido, a criação do SAT no interior do INEP não representava, de certo modo, o abandono da idéia dos CEOSE?

#### 5. Assunto: Recursos financeiros

Informação: Parece que os CEOSE tiveram constantemente dificuldades financeiras. Muitas atividades programadas foram adiadas ou canceladas. Em particular, o I Ciclo de Estudos de Planejamento Educacional, planejado desde 1967.

- Pergunta-se: 5.1 A realização dos CEOSE dependia exclusivamente de recursos do INEP?
- 5.2 Como se explica a não liberação de verba para um programa que já deveria ter sido aprovado pelo INEP?

#### 6. Assunto: Declínio dos CEOSE

Informação: Em fins de 1967 começamos a perceber já uma diminuição das atividades dos CEOSE. Em abril de 1968 os técnicos da UNESCO encaminham à Coordenação seus relatórios. Logo depois se afastam. Seus sucessores parecem desempenhar apenas tarefas especializadas: parece abandonado o projeto CEOSE. Tanto que na programação feita para 1969 o Coordenador propõe a reestruturação da equipe.

- Pergunta-se: 6.1 As mudanças ocorridas explicam-se por uma alteração da política seguida pelo MEC?
- 6.2 A que se deve a substituição operada no pessoal da UNESCO e a mudança no caráter de suas atividades?

### 7. Assunto: Metodologia de trabalho

Informação: O planejamento dos CEOSE era bastante cuidadoso. Sente-se entretanto falta de relatórios mais pormenorizados dos Colóquios, com especificação das técnicas utilizadas.

Pergunta-se: Não dispunham os CEOSE de atas ou agendas com tal finalidade? (7.1)

7.2 A equipe realizava periodicamente reuniões para avaliação dos resultados e revisão dos métodos?

7.3 Os documentos que resultavam dos Colóquios eram analisados e debatidos por toda a equipe?

### 8. Assunto: Publicação de documentos

Informação: Vários documentos elaborados pela equipe CEOSE foram publicados em diferentes periódicos. Não foi ainda encontrada uma pasta pertencente ao Arquivo dos CEOSE, contendo relatórios finais de quatro Estados, pronta para publicação.

Pergunta-se: 8.1 A Coordenação recebia comunicação oficial da publicação de qualquer trabalho produzido pelos membros da Equipe dentro do programa CEOSE?

8.2 Seria possível elaborar uma lista completa dos trabalhos já publicados?

8.3 Qual é o conteúdo exato da pasta que se destinava à publicação?

8.4 Existe outro exemplar da mesma?

+++++

Equipe: Diva Moura Diniz Costa  
Maria Yvonne Atalecio de Araujo  
Newton de Araujo Queiroz

Rio, agosto 1970

CROSE/CEOSE I

1º e 2º Projeto - Programa

- (Sem título). A primeira idéia dos CROSE (249 a).
- Colóquios regionais sobre organização e planejamento da Educação- (CROPE) (Planejamento dos colóquios).
- CROSE - Reunião do dia 25/11/66 (com o Diretor do INEP). Pauta de trabalhos e planejamento dos CROSE.
- CROSE, Diretrizes para o funcionamento da Comissão-INEP-UNESCO, e de sua coordenação.
- Meios recomendados para a realização de um plano educacional(249b).
- Documentos a ser preparados (Anexo nº 2).
- Projeto do CROSE - seguido de calendário e planejamento dia por dia 24 a).
- Novo Cronograma dos CROSE(13/1/67).
- Visitas aos Estados pelos Membros dos CROSE (258).
- 2º projeto CROSE (258).
- Os CROSE - Objetivos e Métodos de funcionamento (355).
- Projeto: Curso de Preparação de pessoal em serviço para alta administração escolar (301/Entrada).
- CROSE - Instalação - Reunião com Dr. Péricles - 28/7/66 (rascunho).
- Documento (sem título, autor ou data) sobre a autonomia dos Estados em face da L.D.B e a necessidade dos CROSE (800/Ent.)
- CROSE-CROSE - Plano de conts (830/Entrada).
- Carta do Dr. John Howe ao Sr. Diretor do INEP sobre a posição dos peritos da UNESCO no trabalho de assistência, CROSE(519/En
- Preparação dos CROSE - Ofício de Eulina F. de Carvalho ao Diretor do INEP (680/Entrada).



CEOSE - ESTUDOS II

- Estudos para organização do Departamento de Cultura do Estado da Paraíba. (750)
- Matemáticas do Planejamento Educacional  
(1) Modelos sócio-culturais  
Documento MP, Jacques Torfs, UNESCO, set.1967 (788)
- A assistência técnica estrangeira.  
(Sugestões sobre a natureza de um programa para a A.T. da UNESCO ao Brasil nos próximos 5 anos).  
J.Torfs ao Coordenador do CEOSE, 10/10/67 (791)
- Alguns comentários sobre o Plano de Metas da Educação Nacional  
J.Torfs a Carlos Pasquale 3/11/67 (819)
- Problemas do Magistério Primário (820)
- Soluções sugeridas para alguns dos problemas principais do ensino primário e da educação permanente.  
CEOSE, Estado de S.Catarina  
Documento DR,J.Torfs, UNESCO, set. 1967 (826)
- Os órgãos-meios das Secretarias de Educação e a descentralização do ponto de vista administrativo.  
M.Debrun, INEP-UNESCO (827)
- Durmeval Trigueiro Mendes, Projeto do Ministério de Educação e Cultura do Brasil.  
Título do projeto: Condições e pressupostos da mudança na política educacional. 3 versões (854)

CEOSE - ESTUDOS III

Sumário:

- Anísio Teixeira, O Problema da Formação do Magistério.
- Constituição do Brasil 1967, Tit. IV: Da Família, da Educação e da Cultura.
- (J. Torfs) Projeções Ensino Primário, Plano Educacional da Bahia. Documento CC, UNESCO, J. Torfs, janeiro 1968. (923).
- (J. Torfs) Inventário e Cálculo das Necessidades em Mão-de-obra e Profissionais - Estado da Bahia. (1094 A). Documento CR/B, J. Torfs, UNESCO, julho 1968.
- (J. Torfs) Cálculo e Projeção da Matrícula e dos principais parâmetros educacionais 1966-1970 - Ensino Primário - Estado de Minas Gerais. Documento CC, J. Torfs, UNESCO, fev. 1968 (936).
- Durmeval T. Mendes, A expansão do Ensino Superior no Brasil (1137). Introdução, A questão da qualidade, A questão da quantidade, A questão do método, Conclusões.
- Reforma das Secretarias Estaduais de Educação e Cultura: Dificuldades e Caminhos (1114).
- (Michel Debrun), O impacto político da Tecnologia (1142).
- Ralph von Gersdorff, UNESCO - Sugestões para o financiamento de programas e projetos educacionais no Brasil, 1º Congresso Brasileiro dos Bancos de Desenvolvimento, Araxá, março de 1969. (017/69 saída).

Algumas Considerações subsidiárias  
para a dinâmica de trabalho do S.A.T.

I - Diretrizes para a reorganização do S.A.T.

A. Reexame da portaria que o criou

B. Análise de formas de sistema de trabalho

1. Trabalho de Equipe - O Serviço Técnico através de equipes é mais dinâmico porque envolve a responsabilidade de todos. Cada qual na sua área específica sente-se como parte de um todo.

2. Serviço Técnico desenvolvido com Chefias - O Serviço Técnico dirigido por Chefias é mais formal, característico de serviço de repartições. Despersonaliza o trabalho técnico e não motiva com a mesma intensidade, uma vez que a maior responsabilidade recai sobre as Chefias.

C. Procedimentos válidos para o S.A.T.

1. Não cristalização em apenas alguns procedimentos, como bases operacionais:

- a) evitar receitas prontas, partindo do pressuposto de que no Brasil não há pessoas capazes;
- b) evitar tudo que pareça alienação intelectual porque não é bem aceito;
- c) estudar e aplicar processos de conscientização para assegurar o envolvimento de maior número de pessoas nas mudanças desejadas;
- d) ter conhecimento profundo dos processos de mudança para poder usá-los.

2. Racionalizar sua ação e controlar os resultados desta ação mediante avaliações sistemáticas e adequadas.
3. Estabelecer uma política adequada de pessoal e uma psicologia de ação eficaz a fim de que haja segurança, crescimento, interação e sentimento de realização, fatores básicos elementares em qualquer trabalho de equipe.
4. Fazer intercâmbio com os Centros Brasileiro e Regionais (em caráter permanente ou transitório) com feliz redução de despesas e aproveitamento dos próprios quadros do INEP.
5. Transformar-se em órgão de ação, porque nem sempre as pessoas, ou grupos, as equipes conseguem transformar a teoria em prática. É este o ponto crucial de qualquer mudança e a pedra de toque das verdadeiras lideranças.
6. Fazer com que cada equipe se sinta toda responsável pelos resultados obtidos, conseguindo a envolvimento de todos os técnicos na dinâmica do trabalho.

## II - Bases para a execução dos Projetos Prioritários.

- A. Estudar os objetivos dos projetos à luz dos objetivos do SAT.
- B. Ter, em seus quadros setoriais, pessoal altamente habilitado de acordo com a natureza do trabalho.
  1. pessoal habilitado em planejamento de sistema educacional;
  2. pessoal habilitado em estudos de currículo, supervisão, metodologias especiais, etc.
- C. Estudar e planejar com toda a equipe, a estratégia ou estratégias mais adequadas ao fim que se tem em vista, isto é, a execução dos Projetos Prioritários que lhe estão afetos (No caso os números 1 e 3).

PROJETO Nº 1  
Operação-Escola

FINALIDADE

Atender integralmente, em prazo médio, à população em idade escolar entre 7 e 14 anos.

JUSTIFICATIVA

Além da insuficiência da rede escolar existente, o ensino primário no Brasil apresenta condições de baixíssima produtividade, sendo que o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia o custo do aluno/ano. Dos 2/3 das crianças em idade escolar que frequentam o primário, 50% estão na primeira série. Torna-se então necessário, além da expansão da capacidade instalada, a racionalização do emprêgo, o equipamento e material de ensino, o aperfeiçoamento dos professores, e ajustamento dos programas e currículos e a evolução dos sistemas de promoção. Tudo isso deverá ser feito considerando-se as características regionais e desenvolvendo-se a assistência ao educando, desde a fase pré-escolar.

A "Operação-Escola" foi delimitada em termos de expansão gradativa. Ela deverá atingir uma grande massa da população e absorverá enorme potencial de recursos. Necessita ser devidamente acompanhada para que seja possível garantir o aperfeiçoamento progressivo dentro da estratégia prevista para a execução.

OBJETIVOS

Aumentar os índices de escolarização na faixa etária dos 7 aos 14 anos, com a expansão quantitativa e qualitativa dos sistemas escolares, de sorte a atingir um mínimo de 80%, na média nacional e aumentar a produtividade do ensino primário, através da reforma de ensino, até o final de 1972.

Controlar a execução do programa, através da avaliação dos resultados obtidos, a fim de possibilitar reformulações na estratégia adotada.

**CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

1 - ÓRGÃOS EXECUTORES - Secretarias Estaduais de Educação com orientação normativa, técnica e financeira do MEC/INEP/SAT.

2 - COORDENAÇÃO - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

3 - ÁREA DE INFLUÊNCIA - Todo Território Nacional, especialmente nos municípios selecionados para a "Operação-Escola".

4 - DESDOBRAMENTO:

- a) Combate à reprovação e evasão escolar;
- b) Expansão quantitativa dos sistemas escolares;
- c) Controle da execução da Operação-Escola;
- d) Estruturação progressiva do ensino fundamental.

5 - PRAZOS - 1970 - Coordenação, em nível de planejamento e execução, das várias esferas administrativas que atuam no atual campo das construções escolares, de modo a assegurar-se um trabalho harmônico em torno da meta comum.

Inventário dos prédios existentes e das obras em andamento, a fim de promover-se o uso adequado e intensivo do espaço escolar.

- Estudo comparativo dos planos de construções escolares adotados pelos Estados, seguido de sugestões concretas para melhoria dos mesmos, no sentido de obter-se um planejamento integrado e um emprego mais racional dos recursos alocados para ampliação e melhoria da rede escolar.

1971/73 - Desenvolvimento do programa.

6 - RECURSOS NECESSÁRIOS E SUAS FONTES - Os recursos provirão basicamente do orçamento federal (inclusive recurso do salário-educação) e dos orçamentos estaduais.

Para 1970 encontram-se consignados R\$20.000.000,00 do Orçamento Federal através do Fundo para o Desenvolvimento de Áreas Estratégicas.

A partir de 1971 os recursos serão concedidos através de projetos específicos, elaborados pelos Estados, avaliados pelo INEP/SAT e apresentados ao FNDE, uma vez que a quantificação de recursos depende da análise e aprovação dos planos de atendimento da obrigatoriedade escolar.

### PROJETO Nº 3

#### Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores Para o Ensino Primário

#### FINALIDADE

Melhoria do padrão do ensino primário.

#### JUSTIFICATIVA

A falta de qualificação dos docentes é muito alta, excedendo a percentagem dos leigos a 40% do total dos professores primários, ou seja, cerca de 140.000.

Além disso, é imprescindível o aperfeiçoamento dos professores titulados, principalmente tendo em vista a implantação das reformas programadas.

#### OBJETIVOS

- 1 - Titular, como "Regentes de Ensino Primário", 85.000 professores leigos aproximadamente;
- 2 - Treinar cerca de 21.000 professores leigos, levando-os à conclusão do curso primário e ao ingresso no curso de preparação pedagógica;
- 3 - Supervisionar, no período letivo, todos os professores não titulados cursistas;
- 4 - Estabelecer critérios de seleção para fornecimento de assistência técnica e/ou financeira, baseados em diagnósticos da situação educacional dos estados de cada região, no que se refere à qualificação do magistério e demanda de mão-de-obra docente e técnica;

- 5 - Prestar assistência, focalizando o aperfeiçoamento de professores titulados e pessoal técnico e administrativo dos sistemas de ensino.

#### CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 1 - ÓRGÃOS EXECUTORAS - PAMP; INEP; Secretarias Estaduais de Educação.
- 2 - COORDENAÇÃO - MEC/PAMP-INEP.
- 3 - ÁREA DE INFLUÊNCIA - Todo Território Nacional, atendendo às áreas selecionadas pela "Operação-Escola" e pelo Plano de Ação Concentrada do Ministério do Interior.
- 4 - DESDOBRAMENTO - Duas grandes atividades serão executadas para o treinamento de professores leigos, através de convênios com as Secretarias Estaduais e Diretorias Municipais de Educação e da utilização dos Centros de Treinamento, Escolas Normais e Institutos de Educação:

a) Cursos de treinamento - Serão realizados preferencialmente nos períodos de férias, em tempo integral, nas cidades do interior; Curso de Preparação Pedagógica - Cultura Técnica (6 meses de duração, em 2 anos), para professores leigos com curso ginasial completo e colegial incompleto ou completo; Curso de Preparação Pedagógica - Cultura Geral e Técnica (9 meses de duração, em 3 anos), para professores leigos com ginásio incompleto e primário completo; Cursos para professores leigos com primário incompleto (3 meses de duração, em um ano).

b) Supervisão de ensino - Será dada por Supervisores Regionais dos Estados e Territórios, junto ao professor não titulado.

Em 1970, 22.500 professores cursistas serão supervisionados por 1.500 supervisores.

Para o aperfeiçoamento de professores titulados e de escolas normais, a assistência técnica focalizará, em especial, as seguintes modalidades:

a) Treinamento e aperfeiçoamento de professores titulados e pessoal técnico e administrativo dos sistemas de ensino, inclusive dos staffs encarregados de liderar a Operação-Escola em plano estadual e municipal;



b) Planos-piloto, devidamente controlados e avaliados, visando a: organizar e orientar escolas integradas de ensino fundamental, escolas normais e centros de treinamento do magistério, que apresentem elevado nível técnico, representando focos de irradiação para melhoria progressiva do sistema; - elevar, em larga escala, o nível de qualificação do magistério pela utilização de televisão, cinema, rádio, ensino programado e outros recursos da moderna tecnologia, além da divulgação massiva entre o professorado de matérias de orientação do trabalho docente; - experimentar novos currículos, programas, sistemas de promoção, critérios de avaliação do rendimento escolar, no ensino primário e normal etc.

5 - RECURSOS NECESSÁRIOS E SUAS FONTES - Para os professores não titulados:

1970 - RCr\$ 7.000.000,00 - Do orçamento da União.

Para aperfeiçoamento de titulados:

1970 - RCr\$ 10.000.000,00 - Do orçamento da União (salário-educação).

Para os anos subsequentes, a quantificação será feita em função da expansão a ser considerada.

Diva de Moura Diniz Costa

Newton de Araújo Queiroz

Maria Yvonne Ataléu de Araújo (relatora)

SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DO S.A.T.

(Notas para consideração da equipe responsável pelos estudos)

Assistência Técnica

I - Iniciando os estudos relativos ao Projeto A. T. achamos por bem situar a Assistência Técnica do INEP no contexto do MEC, nessa reforma que se vai implantar, com a criação do Departamento de Ensino Fundamental porque:

- a) Poderia ocorrer que dois órgãos tivessem, dentro de um mesmo sistema, funções similares ocupando-se ambos com o mesmo problema, ocasionando duplicidade de despesas e pessoal.
- b) Poderia também ocorrer que cada qual ficasse em áreas restritas, perdendo a visão global da situação ou em áreas muito abrangentes sem o estudo de fatores importantes para o contexto.

II - Por outro lado, analisando-se os objetivos do INEP (Decreto-lei nº 580 de 30-7-1938) e confrontando-os com os objetivos que deram origem à criação do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais (Decreto nº 38 460 de 28 de dezembro de 1955) depreendemos que os Centros foram criados para que realizassem aqueles objetivos gerais de INEP, como se observa, pela leitura do decreto abaixo transcrito:

Decreto 38 460 - de 28 de dezembro de 1955 "Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais".

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e considerando o que expôs o Ministro de Estado da Educação e Cultura sobre a necessidade de dotar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para melhor cumprimento de seus objetivos fundamentais de estudo e aperfeiçoamento do magistério brasileiro, primário e normal, nos termos dos Decretos-leis nº 580, de 30 de julho de 1938; nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, e Lei nº 59, de 11 de agosto de 1947, decreta:

Art. 1º Ficam instituídos o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (C.B.P.E.) e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, o primeiro com sede no Rio de Janeiro e os demais nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre e posteriormente onde vierem a ser julgados necessários, todos subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Os Centros de Pesquisas a que alude o artigo anterior têm os seguintes objetivos:

I - pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências do desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;

II - elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e reconstrução educacional do país - em cada região - nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;

III - elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestros e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;

IV - treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias.

Art. 3º O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais compreenderão sempre uma biblioteca de educação, um serviço de documentação e informação pedagógica, um museu pedagógico, e os serviços de pesquisa e inquérito, de cursos, estágios e aperfeiçoamento do magistério, e, quando possível, dentre outros, serviços de educação audiovisual, de distribuição de livros e material didático e outros que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 4º Os Centros serão organizados segundo planos elaborados pelo I.N.E.P. e aprovados pelo Ministro de Estado, sob regime de financiamento especial e gozando de todas as condições de flexibilidade e independência das campanhas nacionais de educação.

Parágrafo único. Os Centros Regionais poderão funcionar em regime de convênios com os governos ou entidades públicas ou privadas ou ser diretamente mantidos e administrados pelo I.N.E.P.

Art. 5º Todas as repartições federais, autárquicas e paraes tamentais deverão prestar aos centros de pesquisas educacionais a cooperação que lhes fôr solicitada para facilidade de cumprimento de suas atribuições.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1955; 134º da Independência e 67º da República. - NEREU RAMOS - ABGAR RENAULT".

III - Sentimos que o INEP, ao criar os Centros, atribuiu-lhes a responsabilidade da consecução de seus objetivos básicos (

não se preocupando, ao mesmo tempo, com a criação de uma estrutura de cúpula, uma assessoria que lhe desse certa unidade, ou melhor, uma comunicação mais efetiva, tanto no plano vertical quanto horizontal. Isto talvez, por que, devido à disponibilidade do Centro Brasileiro, sempre ligado à direção do INEP, muitos dos problemas, projetos e estudos que assobervavam o órgão foram resolvidos por aquêle Centro, numa tradição consagrada, sem que se sentisse a necessidade da revisão de tais procedimentos.

IV - O SAT - que teria características de serviço de assessoria e de elemento de ligação entre o INEP e os Centros bem como entre o INEP e as Secretarias de Educação, na forma de assistência técnica - constituirá um mecanismo adequado, dentro do INEP, para assumir essas responsabilidades e atribuições. Este Serviço, estruturado diferentemente, talvez, aglutinasse, em princípio, as funções de órgão coordenador entre os Centros do INEP e a direção dêste (estrutura vertical) e de órgão de assistência técnica junto aos Estados da União.

Como coordenador entre os vários centros, estabeleceria uma comunicação necessária ao INEP, e ao mesmo tempo uma comunicação necessária ao INEP, e ao mesmo tempo uma comunicação necessária ao INEP, e ao mesmo tempo aproveitaria todos os subsídios válidos de âmbito regional, proporcionados pelos referidos Centros e pelos Estados em que se localizam.

Pensamos que pouco resultará, em termos de rendimento, o esforço dos Centros e dos Estados quando todos se mantêm dentro de certo isolacionismo, prejudicando a eficiência do trabalho pela falta de um órgão coordenador que lhe dê características de um todo organizado.

Medidas que devem ser tomadas:

- A. Avaliar as possibilidades de realização de cada Centro, tendo em vista a sua responsabilidade no INEP.
- B. Habilitar o pessoal para essas realizações ou recrutá-lo, à vista dos objetivos que forem traçados.
- C. Adequar as verbas para êsse trabalho específico, tendo em vista o mercado de trabalho que oferece melhores oportunidades, ocasionando um desfalque no quadro de pessoal altamente preparado (ex. São Paulo).
- D. Reestruturação do SAT para assumir as responsabilidades que lhe competem.

V - Avaliação do S.A.T., suas realizações, rendimento.

- A. Avaliação e possível aproveitamento de trabalhos do CEOSE - EATEP - PATE.
  - 1. estudo dos objetivos de cada um deles
  - 2. metodologias
  - 3. realizações
  - 4. aproveitamento ou não de seus aspectos válidos.
- B. Realizações do S.A.T.
  - 1. Análise das atividades, desde sua criação em 1969.
  - 2. Estudo crítico.
    - a) desconhecimento, por parte das equipes, dos Projetos Prioritários e das atribuições dessas equipes.
    - b) Não determinação de objetivos das equipes.
    - c) Ausência, por isto, de um cronograma de ação.

Diva de Moura Diniz Costa

Newton de Araújo Queiroz

Maria Yvonne Atalécio de Araújo (relatora)

INEP/SAT

Projeto "Serviços de Assistência Técnica do INEP" (Projeto AT)

Comunicação Interna nº 1

Data: 21/7/70

Observação preliminar: As comunicações internas são elaborações provisórias da equipe, que se destinam a concretizar a marcha da pesquisa, servindo de ponto de apoio para o trabalho e de informação sobre o desempenho do mesmo.

1. Objetivos da fase atual dos trabalhos:

- 1.1 possibilitar à equipe informação sobre o assunto, em vista da adoção de uma perspectiva comum
- 1.2 exame e discussão dos documentos básicos

2. Documentação examinada:

- 2.1 exposição aprovada pelo Sr. Diretor do INEP, contendo as idéias iniciais do projeto
- 2.2 documento sobre o INEP, produzido pela Seção de Documentação e Intercâmbio do CBPE (ERM/vml) em agosto de 1967
- 2.3 Portaria nº 40/69 do Diretor do INEP, criando o SAT.

3. Considerações da equipe:

- 3.1 A assistência técnica constitui realmente, desde a fundação, uma das atribuições do INEP, de acordo com o decreto-lei nº 580 de 30/7/1938, letra g:
  - "prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos". (doc. cit. em 2.2)
- 3.2 Um exame superficial da estrutura do INEP, tal como é revelada pelo documento acima citado, não dá resposta satisfatória a várias indagações:
  - 3.2.1 que "órgãos" constituem o INEP, além do CBPE e dos centros regionais ?

- 3.2.2 situa-se o CBPE no mesmo plano funcional dos outros centros ou cabem-lhe funções especiais? Estruturalmente ou por delegação?
- 3.2.3 é possível distinguir adequadamente os serviços do INEP e os serviços do CBPE? (Na prática vemos, por ex., que funcionam serviços do CBPE no 10º andar do MEC)
- 3.2.4 qual é o setor responsável pela coordenação de toda a atividade desenvolvida pelo INEP?
- 3.3 A importância das mencionadas questões se evidencia quando reparamos que essas incertezas se refletiram na história dos serviços de AT realizados pelo INEP e na própria constituição do SAT:
- 3.3.1 Os serviços mencionados (PATE, CIOSE, EATEP) se desenvolveram em caráter praticamente autônomo, sem coordenação efetiva do INEP.
- 3.3.2 A própria criação do SAT, motivada pela necessidade de coordenar os serviços, não surtiu seus efeitos, porque não lhe deu instrumentos de coordenação efetiva.
- 3.3.3 O documento de criação do SAT (cf. 2.3) não define claramente a situação do SAT dentro do INEP e em relação aos centros.
- O art. 2º assim determina os objetivos do SAT:
- " - o Serviço de Assistência Técnica do INEP tem por fim cooperar com os poderes públicos e entidades privadas em seus programas de desenvolvimento da educação nacional, utilizando-se basicamente dos estudos e pesquisas realizadas pelo INEP".
- Tal formulação parece atribuir ao SAT uma função peculiar (um órgão à parte imediatamente ligado ao Diretor do INEP, com funções próprias e sem ligações com os centros, dos quais não se faz menção). Não lhe atribue entretanto aquela função central de coordenação, que notamos faltar no INEP.
- 3.3.4 Assim se explica uma certa perplexidade que tem dominado a direção dos trabalhos do SAT, sem falar das instâncias externas, que não sabem a quem se dirigir (INEP, SAT, CBPE?)

4. As considerações acima sugerem os objetivos próximos do trabalho: ~~os objetivos pró-~~

- 4.1 Consideração dos documentos que definem a estrutura do INEP e do CRPE.
- 4.2 Perspectiva sobre o desenvolvimento histórico do INEP.
- 4.3 Tentativa de se construir um organograma do INEP ou de mostrar as razões pelas quais ele não é possível.

Observação final: A equipe vem desenvolvendo contatos diários, a partir do dia 16/7/70.

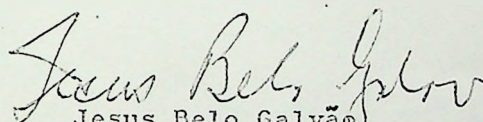
Equipe: ~~Elva~~ Maria Moura da Costa  
Maria Yvonne Atalecio de Araujo  
Newton de Araujo Quisiroz (redação).



Em 16/7/1970.

Ordem Interna/SAT nº 1

De ordem do Senhor Coordenador Geral, ficam designados os Colaboradores Eventuais DIVA DE MOURA DINIZ COSTA, MARIA YVONNE ATALÉCIO DE ARAÚJO e NEWTON DE ARAÚJO QUEIROZ para, em equipe, procederem à análise dos documentos pertinentes à organização e funcionamento dos Serviços PATE, CEOSE e EATEP, anteriores à criação do SAT, objetivando a elaboração de projeto - sugestão que consolide a organização técnica e administrativa da Assistência Técnica do INEP, quanto a suas finalidades e competência operacional.

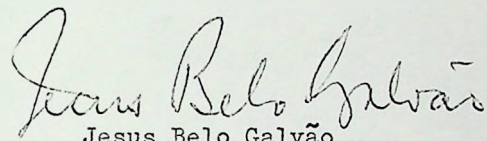
  
Jesus Belo Galvão  
Secretário Executivo do SAT

c/c Secretaria/INEP  
Nise Pires  
Elza N. Alves

Ordem Interna nº 1-A

Em 29/7/1970.

De ordem do Senhor Coordenador Geral, fica designada a Colaboradora Eventual SELMA DE CASTRO MATHIAS MAGALHÃES para prestar colaboração à Equipe constituída pela Ordem Interna nº 1/70.

  
Jesus Belo Galvão  
Secretário Executivo do SAT

c/c Secretari  
Nise P  
Elza N. Alves

Nio de Janeiro, 10 de julho de 1970

Sr. Diretor,

Em seguimento à entrevista que V.Sa. me concedeu no dia 25 de junho pp., e de acordo com sua solicitação, estou-lhe enviando por escrito uma série de considerações sobre o trabalho que venho realizando no SAT, acompanhadas de sugestões para o melhor desempenho do mesmo.

A cópia anexo pertence a documento levado à consideração de V.Sa. pela chefia da Equipe de Levantamentos e Diagnóstico, em expediente do dia 14 de abril de 1970. Este documento corresponde à primeira formulação do nosso projeto, à guisa de estudos preliminares. Nelo se historicam os objetivos, justificacão, esclarecimentos e técnicas previstas para a pesquisa sobre serviços de assistência técnica desenvolvidos pelo INEP e que constituem os antecedentes do SAT.

Tendo posteriormente aprofundado a questão pelo exame de novos documentos que constituem os fichários dos serviços acima assinalados - ora em poder do SAT - trago hoje a V.Sa. uma série de considerações que ratificam e ampliam os termos do documento anexo.

1. Objetivos da pesquisa continuam essencialmente os mesmos assinalados nos Estudos Preliminares. No meu parecer ela não deve entretanto limitar-se à consideração dos serviços extintos, mas estender-se também à análise da nova estrutura do SAT, na medida em que esta de veria permitir - e mais facilmente - o prosseguimento das atividades apontadas por seus antecessores. Não se trata de deter o olhar no passado, mas de abrir perspectivas para o futuro. Assim eu acrescentaria ao projeto um quarto objetivo: analisar os documentos de criação do SAT à luz das possibilidades que abrem para a unificação e ampliação da assistência técnica do INEP nos Estados.

2. Do mesmo modo que os objetivos, permanecem válidas as razões que justificam o projeto. É oportuno, no entanto, insistir no caráter dinâmico e operacional da pesquisa: ela deve servir de instrumento para planejar de modo ainda mais eficiente a assistência técnica. O projeto tende a mostrar que o SAT não surgia do nada, mas de uma conjugação de esforços e experiências que exigiam unificação e coordena -

ção central. Será com surpresa que perceberemos então um certo vazio, uma ausência de continuidade nos trabalhos de assistência técnica que o INEP prestava aos Estados. Onde surgirá mais nítida a necessidade de rever e criticar os velhos modelos, inspirando-se neles para reformular uma atividade que continua sendo uma das atribuições do INEP.

3. Os três grupos de assistência técnica estudados no projeto canalizaram indubitavelmente o melhor dos esforços do INEP na área. Todos eles tiveram uma estrutura bem definida e acumularam uma soma de experiências inestimável para a solução dos problemas educacionais no Brasil. Tiveram além disto a peculiaridade de ser experiências bem diversificadas por suas vinculações funcionais e métodos de trabalho. Apresentam uma fundamentação teórica bastante desenvolvida e uma consciência nítida de seus próprios objetivos e métodos. É inevitável que perduram como marcos obrigatórios de referência a todo trabalho ulterior de desenvolvimento da educação nos Estados.

4. Um plano geral do projeto de pesquisa seria em grandes linhas o seguinte:

- 4.1 Introdução: a assistência técnica e a pesquisa no INEP: objetivos e interrelações.
- 4.2 História da experiência do INEP em 3 serviços de assistência técnica: CROSE, PATE, BATEP.
  - 4.2.1 PATE: História, Estrutura, Problemas.
  - 4.2.2 CROSE: " " "
  - 4.2.3 BATEP: " " "
- 4.3 O SAT como órgão unificador da assistência técnica do INEP: História, Estrutura, Problemas.
- 4.4 Conclusão: A Assistência técnica no INEP: retrospecto e perspectiva.

5. Uma palavra sobre as técnicas mencionadas nos Estudos Preliminares.

- 5.1 Arquivos e documentos: Em poder do SAT encontram-se os fichários do CROSE e da BATEP e a maior parte dos do PATE. Embora a documentação seja bastante ampla, deverá ser completada pelo recurso a outras fontes: arquivos do INEP, do CERN de S. Paulo, etc.

5.2 Entrevistas com os ex-coordenadores e colaboradores dos programas. Serão indispensáveis ao bom desenvolvimento da pesquisa. Sem esta ajuda, o pesquisador não poderá julgar corretamente o valor dos documentos em presença nem suprir as suas lacunas. O ideal seria que a parte da pesquisa referente a cada programa seja orientada ou pelo menos assessorada por algum elemento que dêle tenha participado ativamente. As entrevistas serão em qualquer caso necessárias; mas para um estudo aprofundado talvez não sejam suficientes.

#### 6. Previsão de luzes e número de pesquisadores.

O projeto deverá ocupar dois ou preferivelmente três pesquisadores.

Previsão de tempo para 3 pesquisadores em regime de tempo integral:

- 6.1 Informação por memorizada da documentação em poder do SAT (CROSE, FATE, BATEP) - 5 semanas.
- 6.2 Complementação da documentação através de ofícios, visitas, entrevistas, etc. - 3 semanas
- 6.3 Informação, discussão, entrevistas sobre o SAT - 2 semanas.
- 6.4 Planejamento do trabalho escrito - 1 semana.
- 6.5 Redação - 4 semanas.
- 6.6 Coordenação da redação - 2 semanas.
- 6.7 Revisão geral - 1 semana.

Total - 17 semanas (4 meses).

#### 7. Sobre a motivação dos pesquisadores.

Num projeto como o presente, que não tenciona ressuscitar o passado, mas preparar o futuro, é essencial para a motivação de quem nele trabalhe que se veja continuidade entre o pensar e o agir, entre a pesquisa e as medidas administrativas que visem consubstanciar seus resultados. Sem isto, os pesquisadores se sentem desvalorizados e sua

atividade passa a carecer de sentido. Julgo assim, que uma pesquisa sobre a história da assistência técnica desenvolvida pelo INEP só será realmente motivadora dentro de uma dinâmica de renovação da prática docente. Pelo mesmo motivo, não considero oportuna a rígida divisão de tarefas entre o pesquisador e o técnico em assistência, porque só a ação que fere à teoria o senso de medida e de realidade, sem o qual ela corre o risco de se transformar em divagação ociosa.

Estas, são, Sr. Diretor, as considerações que julguei oportunas sobre o trabalho que vimos realizando, e que espero terão correspondido à expectativa de V.Sa.

Atenciosamente,

---

Newton de Araujo Queiroz  
INEP/SAT/BJD

Ao: Dr. Walter de Toledo Fize  
D.D. Diretor do INEP

Cópia: SAE/Secretaria Executiva

ESTUDOS PRELIMINARES PARA PROJETO DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA  
DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ÂMBITO NACIONAL

- objetivos:
- 1) Documentar os serviços de assistência técnica desenvolvidos pelo INEP através dos CEOSE, do PATE e da EATEP;
  - 2) Analisar estas atividades como subsídio para definição de nova sistemática de assistência.

- esclarecimentos:
- 1) Os CEOSE ( Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Ensino ) , criados em julho de 1966 sob a forma de Colóquios Regionais, desenvolveram-se até fins de 1968 , em forma de cooperação da UNESCO com o INEP, a quem coube a coordenação dos trabalhos. O grupo foi formado com três técnicos brasileiros e três peritos da UNESCO. Sua finalidade principal foi colaborar com os Estados na organização de seus sistemas de ensino e no planejamento educacional. Todos os Estados foram visitados, e em vários dêles organizaram-se Colóquios com a presença de tôda a equipe.
  - 2) O PATE ( Programa de Assistência Técnica em Educação ) surgiu em decorrência do Programa de Emergência do MEC para 1962, quando a Secretaria da Educação do Governo do Estado de S. Paulo destinou parte da verba que lhe foi concedida a um projeto de assistência à educação ~~em~~ nos Estados do Norte e Nordeste do País, em colaboração com o CRPE de S. Paulo. Foi desenvolvido, sob a coordenação do INEP, de 1963 a 1968, selecionando e preparando equipes de trabalho para uma permanência mais longa nos diversos Estados (os programas se estendiam por 1 ano). O PATE atuou em vários Estados no Norte e Nordeste.
  - 3) A EATEP ( Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário ) resultou de um convênio entre o MEC (através do INEP) o CONTAP e a USAID. O grupo, composto de seis educadores brasileiros e seis americanos, organizou-se em agosto de 1966 e funcionou até fins de 1968. Dedicou-se inicialmente a pesquisar o fenômeno da evasão e repetência no ensino primário e ampliou seu trabalho fornecendo a vários estados assistência técnica diversa no âmbito do ensino primário. Atuou em vários Estados da União.

justificação: importância do projeto:

- 1) Os grupos acima historizados desenvolveram atividades que tiveram plena aceitação e contribuíram grandemente para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro;
- 2) A experiência adquirida permanece como fonte valiosíssima para qualquer trabalho ulterior de assistência técnica em educação;
- 3) Cabe ao INEP, como principal responsável por essas experiências, fazer seu balanço no sentido de extrair delas elementos para a constituição de uma teoria e uma prática da assistência técnica.
- 4) Uma vez realizado, o projeto proporcionará uma fonte permanente de consultas e informações dentro da área da assistência técnica em educação.